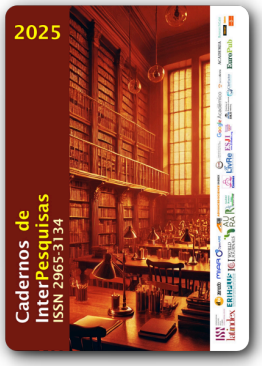
Artigo:

Empatia e flexibilidade: um diálogo entre a terapia centrada na pessoa e o desenho universal para a aprendizagem



ZATTAR, A.C.N.S.; NICARETA, S.E.; ABBEG, V.A.J.O

Ana Cecília Nicareta Santos Zattar
Mestranda em Coaching (UI1),
cecilianicareta@gmail.com

Samara Elisana Nicareta
Doutora em Educação (UFSC-Br),
samaraelisana@gmail.com

Valter Andre Jonathan Osvaldo Abbeg
Doutorando em Ciências da Educação (USC-Py),
valter.abbeg@usc.edu.py

Resumo:
O presente artigo propõe uma análise teórico-comparativa entre a Terapia Centrada na Pessoa (TCP), desenvolvida por Carl Rogers, e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), estrutura pedagógica voltada à promoção da inclusão educacional por meio de práticas flexíveis e responsivas. O objetivo central consiste em investigar os pontos de convergência entre essas duas abordagens, enfatizando seus fundamentos éticos, epistemológicos e metodológicos, com vistas a contribuir para a construção de ambientes de aprendizagem mais humanos, acessíveis e afetivamente seguros. A metodologia adotada baseia-se na revisão bibliográfica de caráter qualitativo, mobilizando, entre outros, os livros Tornar-se pessoa e Terapia centrada no paciente (Rogers, 1995, 1979), além de documentos teóricos sobre o DUA elaborados pelo CAST e por pesquisadores contemporâneos da área de educação inclusiva. A análise revela que ambas as propostas, apesar de suas origens distintas — a primeira na psicologia humanista e a segunda na neurociência educacional — compartilham uma concepção de sujeito centrada na dignidade, na escuta ativa e na valorização das singularidades. A TCP enfatiza a relação terapêutica como espaço de crescimento pessoal, mediada pela congruência, empatia e aceitação incondicional. O DUA, por sua vez, estrutura-se a partir da eliminação de barreiras de aprendizagem, propondo múltiplas formas de representação, ação e engajamento. A interface entre ambas as abordagens aponta para a possibilidade de uma pedagogia centrada na pessoa, na qual a inclusão não seja apenas normativa, mas vivida como prática cotidiana de respeito, acolhimento e transformação. Assim, articulação entre TCP e DUA pode enriquecer a formação docente e a prática educativa, fornecendo subsídios para a construção de contextos escolares verdadeiramente inclusivos e humanizados.

Palavras-chave: inclusão educacional, escuta empática, aprendizagem significativa.

Cadernos de InterPesquisas
Educare et Sabere, Curitiba, Brasil
e-ISSN: 2965-3134
Periodicidade: Fluxo Contínuo
v.3, 2025

URL: https://esabere.com/index.php/cadips

Este trabalho está sob Licença Creative Commons 4.0 Internacional
Copyright (c) do(s) Autor(es)

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, ocorreu um aumento significativo e notável no debate acerca de práticas pedagógicas inclusivas, que respeitem a diversidade e promovam a aprendizagem de todos os indivíduos, independentemente de suas capacidades ou origens. Nesse cenário desafiador, sobressai-se com destaque o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), que se firmou como um modelo de planejamento curricular que tem como objetivo primordial eliminar barreiras e expandir o acesso ao conhecimento por meio de estratégias flexíveis e diversas de ensino. Em paralelo a essa abordagem educativa, a Terapia Centrada na Pessoa (TCP), idealizada por Carl Rogers, fundamenta-se numa abordagem humanista que reconhece o indivíduo como um agente ativo de seu próprio desenvolvimento e aprendizado. A intersecção entre essas duas abordagens — uma originada da psicologia humanista e a outra da educação inclusiva — pode proporcionar contribuições significativas e valiosas para a criação de ambientes educacionais mais acolhedores, sensíveis, tolerantes e eficazes, que levem em conta as necessidades de todos os alunos e fomentem um aprendizado mais equitativo para todos.

O presente artigo tem por objetivo realizar uma análise comparativa detalhada dos fundamentos teóricos da Terapia Centrada na Pessoa, conforme delineado por Carl Rogers em 1951 e 1961, e do Desenho Universal para a Aprendizagem, conforme as ideias apresentadas por Rose e Meyer em 2002 e pela CAST em 2020. A pesquisa se propõe a investigar de maneira aprofundada os pontos de convergência entre ambas as abordagens, especialmente no que se refere à valorização da singularidade humana, à promoção da autonomia, assim como à criação de contextos de aprendizagem que sejam verdadeiramente significativos. Em relação à hipótese

norteadora estabelecida, considera-se que ambas as propostas educativas — mesmo que provenientes de campos distintos e com enfoques variados — compartilham princípios ético-pedagógicos fundamentais. Esses princípios são cruciais para favorecer a constituição de práticas educativas transformadoras e inovadoras que buscam atender às necessidades e potencialidades de cada indivíduo.

A pesquisa adota, de maneira rigorosa e cuidadosa, uma metodologia de natureza qualitativa, que possui um enfoque significativo na revisão bibliográfica sistemática. Para fundamentar a investigação, foram utilizados como principais referenciais teóricos os livros clássicos e influentes de Carl Rogers, como Tornar-se Pessoa, publicado em 1995, e Terapia Centrada no Paciente, de 1979, além de produções contemporâneas sobre o conceito de DUA, que é o Desenho Universal para a Aprendizagem. Dentre as fontes contemporâneas, destacam-se as diretrizes elaboradas pelo CAST (Center for Applied Special Technology), que foram traduzidas e analisadas por Sebastián-Heredero em 2020 e Ferreira em 2024, contribuindo de forma significativa para a compreensão atual do tema. A análise se estrutura de forma metódica em três partes principais distintas. A primeira parte é uma exposição detalhada dos pressupostos teóricos que sustentam a Terapia Centrada na Pessoa. A segunda parte consiste em uma apresentação crítica e abrangente dos fundamentos e princípios do Desenho Universal para a Aprendizagem, além de refletir sobre suas implicações práticas e teóricas. Por último, a terceira parte apresenta um comparativo analítico entre as duas abordagens, destacando não apenas seus pontos de divergência, mas também suas notáveis convergências e o potencial integrativo que elas podem oferecer quando consideradas em conjunto.

Reconhece-se, contudo, que a presente investigação possui diversas limitações tanto teóricas como metodológicas, sendo que isso se torna evidente, sobretudo, no que diz respeito à amplitude do campo empírico que foi estudado. A proposta não

visa esgotar todos os possíveis diálogos que podem ser estabelecidos entre os múltiplos modelos analisados, mas sim, oferecer, ao contrário, um ponto de partida teórico que favoreça a reflexão crítica e aprofundada sobre práticas educativas que sejam inclusivas e que estejam centradas na pessoa. Esse caminho buscado pode, de fato, abrir novas possibilidades de estudo e discussão, contribuindo assim para o avanço do conhecimento nessa área tão relevante e crucial para a formação de cidadãos mais conscientes e engajados.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA TERAPIA CENTRADA NA PESSOA (TCP)

A Terapia Centrada na Pessoa (TCP), que foi idealizada por Carl Rogers a partir da década de 1940, constitui uma das abordagens mais proeminentes e influentes dentro da psicologia humanista. Sua formulação teórica é sustentada pela crença de que todo ser humano possui uma tendência inata à atualização pessoal, ou seja, uma força vital poderosa que o impulsiona em direção ao crescimento, à realização de seu pleno potencial e à construção de uma vida que se considere mais plena, significativa e autêntica (Rogers, 1979). Em um claro contraste com as abordagens de tratamento que eram diretivas e que se baseavam na patologização, que eram prevalentes na época, a TCP propõe um modelo terapêutico que se concentra na pessoa do cliente, enfatizando a importância de sua subjetividade, autonomia e das experiências vividas. Este modelo reconhece e valoriza a perspectiva única de cada indivíduo, utilizando-a como um ponto de partida fundamental para a transformação e a mudança pessoal, promovendo assim um espaço seguro e acolhedor para o desenvolvimento do eu.

Segundo Rogers (1995), a relação terapêutica deve ser sustentada por três condições que são consideradas essenciais e suficientes para a verdadeiramente eficaz facilitação do processo de mudança que o cliente busca: (1) congruência, que se refere à autenticidade do terapeuta em suas interações, ou seja, sua capacidade de ser

verdadeiro e transparente em suas comunicações; (2) empatia, que é entendida como a capacidade de compreender profundamente e se conectar com o mundo interno do cliente, sempre a partir de seus próprios referenciais e experiências pessoais; e (3) aceitação incondicional positiva, que deve ser compreendida como o reconhecimento genuíno do valor intrínseco da pessoa, independentemente dos comportamentos, atitudes ou conteúdos expressos que essa pessoa possa demonstrar. Essas atitudes fundamentais não devem ser confundidas com simples técnicas, pois representam disposições existenciais profundas que conferem à relação terapêutica um caráter genuíno de encontro, acolhimento e crescimento mútuo significativo entre o terapeuta e o cliente.

A congruência, em especial, revela-se como uma dimensão ética bastante significativa da presença do terapeuta na relação terapêutica. Ao sustentar um modo de ser íntegro e transparente, o terapeuta propicia um espaço seguro e acolhedor, onde o cliente pode se sentir verdadeiramente confortável para explorar sua interioridade e suas questões mais profundas. É nesse ambiente de confiança que o cliente começa a desabafar e a trabalhar suas angústias. A empatia, por sua vez, é uma habilidade fundamental que requer uma escuta profunda e atenta, além de uma sensibilidade aguçada para captar, com precisão e cuidado, os significados que o outro atribui às suas vivências e experiências únicas. Essa conexão empática fortalece a relação terapêutica, permitindo que o cliente se sinta compreendido. Já a aceitação incondicional positiva, talvez o mais revolucionário dos conceitos rogerianos, vai além ao romper com a lógica da avaliação moral ou da correção comportamental. Este conceito poderoso afirma a dignidade da pessoa como um valor absoluto, independentemente de suas ações ou comportamentos, o que cria um espaço de respeito e valorização do ser humano em sua totalidade, sem julgamentos.

Ainda que desenvolvida inicialmente no campo da psicoterapia, a Teoria da Conversação Planejada (TCP) possui implicações que transcendem amplamente os

limites clínicos e conseguem alcançar, de maneira significativa, os diversos domínios educacionais, organizacionais e sociais. Ao afirmar que "a única pessoa que realmente pode ser educada é aquela que se educa a si mesma" (Rogers, 1995, p. 285), o autor Rogers, assim, desloca o foco da ação pedagógica para uma lógica que é inteiramente centrada na experiência do aprendiz, reconhecendo, assim, que a aprendizagem significativa, que é vital para o desenvolvimento humano, só ocorre de fato quando há um envolvimento pessoal genuíno, liberdade de expressão autenticada e segurança afetiva proporcionada. Este enfoque inovador sugere que educadores e facilitadores precisam criar ambientes educacionais que promovam não apenas a transmissão de conhecimento, mas sim que incentivem o autoengajamento dos aprendizes, permitindo que eles se tornem protagonistas de sua própria trajetória de aprendizado.

Dessa forma, pode-se afirmar que a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCP) constitui não apenas um modelo clínico eficaz, mas também uma epistemologia relacional que valoriza profundamente a autenticidade, a escuta atenta e o respeito à singularidade do indivíduo como fundamentos éticos essenciais para qualquer relação de ajuda. Sua inserção no campo educacional, quando realizada de maneira adequada e criticamente pensada, oferece subsídios valiosos para a construção de práticas pedagógicas que sejam mais humanas, dialógicas e emancipadoras. Essas práticas são fundamentais para criar um ambiente de aprendizado onde cada aluno é reconhecido em suas particularidades e características únicas, facilitando assim um desenvolvimento mais integral e saudável.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS DO DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM (DUA)

O Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), ou Universal Design for Learning (UDL), representa uma abordagem teórico-metodológica moderna e

inovadora que visa eliminar de forma eficaz as barreiras que podem surgir no processo de ensino e aprendizagem. Essa abordagem promove um acesso equitativo ao currículo, implementando práticas pedagógicas que são flexíveis, responsivas e sensíveis à vasta diversidade humana. Inspirado na ideia de desenho universal da arquitetura — um conceito que preconiza que os espaços devem ser projetados desde sua concepção inicial para atender a todas as pessoas, independentemente de suas necessidades —, o DUA aplica esse princípio fundamental ao contexto educacional de modo abrangente. Ele sugere que o planejamento pedagógico deve ser cuidadosamente estruturado levando em consideração a multiplicidade de formas de aprender, perceber, interagir e expressar-se, reforçando assim a ideia de que cada aluno possui características únicas que precisam ser atendidas para que se possa fomentar um ambiente de aprendizado inclusivo e eficaz (CAST, 2018).

Do ponto de vista histórico, o DUA (Design Universal para a Aprendizagem) emergiu na década de 1990 nos Estados Unidos, a partir de estudos meticulosamente conduzidos pelo Center for Applied Special Technology (CAST). Esse centro tinha como principal objetivo responder às crescentes demandas da educação inclusiva da época, buscando articular de forma eficaz os avanços na neurociência da aprendizagem com a integração das tecnologias educacionais disponíveis. Em sua formulação original, conforme exposto pelos pesquisadores Rose e Meyer (2002), o DUA fundamenta-se em três princípios organizadores que são indispensáveis, cada um derivado de sistemas cerebrais distintos e envolvidos no complexo ato de aprender: (1) múltiplos meios de representação, que se relacionam com o "o quê" do aprendizado, e que estão diretamente ligados ao reconhecimento e à compreensão da informação; (2) múltiplos meios de ação e expressão, que estão vinculados ao "como" do aprendizado e que dizem respeito ao planejamento, à execução de tarefas e à forma como os estudantes se expressam e demonstram o que aprenderam; e (3) múltiplos meios de engajamento, que correspondem ao "porquê" do aprendizado, e

que estão intimamente associados à motivação e ao envolvimento do estudante no processo educativo.

Esses princípios estão diretamente articulados às descobertas mais recentes da neurociência sobre a variabilidade do cérebro humano. Essa variabilidade reforça a compreensão de que os aprendizes não são homogêneos na sua forma de processar, demonstrar e se engajar com o conhecimento ao longo de sua jornada de aprendizado. De acordo com Ferreira (2024), essa compreensão significativa rompe com os paradigmas tradicionais de ensino homogêneo, que ainda são predominantes em muitos sistemas educacionais contemporâneos, e propõe um novo modelo de currículo que parte da premissa de que a diversidade deve ser contemplada desde o início do planejamento educacional. Essa abordagem busca evitar que a diversidade seja tratada como uma condição a ser remediada posteriormente por meio de adaptações pontuais que muitas vezes são insuficientes.

A proposta do DUA alinha-se ainda com diretrizes internacionais e nacionais de promoção da equidade e da inclusão, como destacadas na Declaração de Salamanca, que data de 1994, na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pela ONU em 2006, e na Lei Brasileira de Inclusão, que foi estabelecida em 2015. Em termos pedagógicos, é importante ressaltar que o DUA não constitui uma metodologia específica, mas sim um quadro de referência (framework) abrangente, que serve para orientar a tomada de decisões educacionais de forma mais eficaz e inclusiva. O objetivo principal desse enfoque é a criação de ambientes acessíveis, dinâmicos e responsivos, que levem em consideração as singularidades e as particularidades dos estudantes, garantindo que todos possam ter acesso a uma educação de qualidade e formar-se de acordo com suas capacidades e talentos individuais (CAST, 2018). Esse alinhamento com diretrizes tão relevantes demonstra a importância do DUA como uma ferramenta relevante para a promoção de práticas educativas inclusivas.

Ferreira (2024), ao realizar uma análise detalhada sobre as práticas docentes na Rede Municipal de Ensino de São Paulo, identifica que a aplicação efetiva dos princípios do DUA (Desenho Universal para a Aprendizagem) exige não apenas uma flexibilização curricular abrangente, mas também uma mudança atitudinal significativa por parte dos educadores. Essa transformação está pautada no reconhecimento da diferença entre os alunos como um valor pedagógico intrínseco e não como um obstáculo que dificulta a aprendizagem. A autora destaca com ênfase que, embora o Currículo da Cidade de São Paulo já incorpore diretrizes inclusivas que buscam atender a diversidade de estudantes, sua efetiva materialização na prática educacional depende profundamente de formações continuadas e consistentes, da participação colaborativa e engajada entre professores e gestores, assim como da criação de uma cultura institucional que esteja verdadeiramente comprometida com a equidade e a inclusão de todos. Essa abordagem integral é fundamental para garantir que todos os alunos, independentemente de suas diferenças individuais, possam ter acesso a um ambiente de aprendizagem enriquecedor e transformador.

Nesse contexto, o Design Universal para a Aprendizagem (DUA) se destaca como uma estratégia altamente eficaz e essencial para promover práticas inclusivas e democratizadoras no contexto educacional, favorecendo, assim, a criação de um ambiente de aprendizado mais justo, acessível e equilibrado. A sua implementação bem-sucedida demanda um planejamento cuidadoso e proativo, que leve em consideração as particularidades e singularidades de cada grupo de alunos, reconhecendo que cada um possui necessidades e ritmos próprios. Além disso, a incorporação de tecnologias assistivas é de suma importância e se torna necessária para facilitar e aprimorar a aprendizagem de todos os estudantes, potencializando suas capacidades e minimizando barreiras.

A diversificação dos recursos didáticos desempenha um papel crucial e vital na adaptação aos diferentes estilos de aprendizagem, assegurando que cada aluno tenha acesso ao conhecimento de forma significativa e contextualizada. Outro aspecto fundamental a ser considerado é a escuta atenta das necessidades dos alunos, que devem ser reconhecidos como agentes ativos e legítimos em seu processo de aprendizagem. Eles têm um papel central e muito importante, contribuindo de maneira participativa e colaborativa para a construção do seu próprio conhecimento e para o fortalecimento de uma cultura educacional onde todos se sintam valorizados e integrados.

COMPARATIVO E ANÁLISE INTEGRATIVA: TCP E DUA

Ao realizar uma investigação aprofundada sobre os princípios teóricos que fundamentam tanto a Terapia Centrada na Pessoa quanto o Desenho Universal para a Aprendizagem, pode-se observar de maneira clara a presença de diversas correspondências conceituais que estabelecem uma conexão significativa entre essas duas abordagens. É importante destacar que, apesar de suas origens estarem enraizadas em disciplinas distintas — com a primeira associada à psicologia humanista, que foca na experiência subjetiva do indivíduo, e a segunda ligando-se à educação inclusiva e à neurociência do aprendizado, com uma ênfase em atender às necessidades de todos os alunos —, ambas sustentam uma perspectiva comum sobre o indivíduo.

Essa perspectiva prioriza a dignidade intrínseca de cada pessoa, promove a autonomia individual e enfatiza a importância do envolvimento ativo na própria trajetória de desenvolvimento pessoal e educacional. A interseção dessas abordagens sugere a possibilidade de um diálogo produtivo entre elas, enriquecendo tanto as práticas terapêuticas quanto as estratégias pedagógicas, com o objetivo de proporcionar um ambiente mais inclusivo e respeitoso onde todos possam florescer.

O quadro a seguir sistematiza os principais pontos de convergência e distinção entre a TCP e o DUA:

Ao observar atentamente as categorias que estão sendo comparadas, verifica-se de maneira clara que tanto a Teoria da Carga Pessoal (TCP) quanto o Design Universal para a Aprendizagem (DUA) partem da premissa fundamental de que o verdadeiro desenvolvimento humano ocorre em contextos que respeitam e valorizam a singularidade de cada indivíduo. No caso da TCP, a aprendizagem significativa, que é um componente essencial desse processo, emerge da relação empática e da aceitação incondicional que é proporcionada pelo facilitador ao interagir com o aprendiz. Enquanto isso, no DUA, o acesso ao conhecimento é viabilizado por meio de múltiplas formas de representação, ação e engajamento, garantindo que sejam respeitadas as variações cognitivas e afetivas dos estudantes, permitindo assim que cada um possa trilhar seu próprio caminho de aprendizado.

A transição paradigmática nas práticas educativas e terapêuticas revela uma evolução imprescindível na atuação dos profissionais envolvidos. O terapeuta e o educador, antes alicerçados em um modelo diretivo, agora se reinventam como mediadores, enfatizando a importância da escuta ativa e da construção de uma relação dialógica. Ao invés de perpetuar um modelo de controle ou de transferência unilateral do conhecimento, busca-se instaurar um ambiente relacional propício onde o sujeito possa se reconhecer em sua singularidade, expressar suas emoções e desenvolver suas habilidades de maneira autônoma.

Este deslocamento epistemológico, que se apresenta como um pilar fundamental, evoca uma ética da presença, na qual a escuta atenta e o respeito à individualidade do outro tornam-se prerrogativas essenciais. A nova abordagem valoriza a essência do ser humano, permitindo que cada indivíduo explore seu processo de aprendizagem de forma mais profunda e significativa. Como bem

sublinham os teóricos contemporâneos, a construção do saber deve ser uma experiência que respeite a diversidade e promova a coautoria do conhecimento, reconhecendo a riqueza que cada trajetória pessoal traz para o contexto educativo e terapêutico.

Assim, torna-se imperativo refletir sobre as implicações sociais e emocionais dessa nova configuração, onde a compreensão mútua e a valorização das narrativas individuais se tornam instrumentos cruciais para a formação de um espaço educacional e terapêutico mais inclusivo e transformador. A educação, portanto, enquanto prática de liberdade, deve se pautar na valorização do sujeito como agente ativo em sua própria formação, desvelando as potencialidades que emergem da intersecção entre o saber e o ser.

A formação educacional, embora inicialmente não tenha surgido como uma estrutura pedagógica tradicional e convencional, revela-se, atualmente, como um elemento crucial e indispensável na construção do conhecimento docente e na estruturação de ambientes escolares que prezam, com afinco, pela humanização e pelo desenvolvimento integral dos alunos. A intersecção entre a Teoria da Conexão Pedagógica (TCP) e o Design Universal para a Aprendizagem (DUA) não se caracteriza apenas por uma simples justaposição de métodos e técnicas diferenciadas, mas sim por uma profunda e significativa convergência de valores subjacentes e fundamentais: ambos os enfoques pedagógicos convergem para a promoção da autonomia dos educandos, a escuta ativa das suas diversas necessidades e a transformação das dinâmicas sociais que se estabelecem nos variados contextos educativos.

A sinergia que emerge dessas abordagens, portanto, aponta para uma trajetória promissora e de grande potencial na elaboração de políticas educacionais inclusivas, que não apenas garantam o acesso físico e material às instituições de ensino, mas que assegurem, igualmente, um sentido de pertencimento emocional,

social e cognitivo por parte dos estudantes e de todos os envolvidos no processo educacional. Nesse panorama, como ressalta Ferreira (2024), a efetivação do DUA demanda um olhar atento que transcende as meras adaptações técnicas e superficiais; requer, de fato, uma mudança de atitude que dialogue e interaja com os princípios da aceitação, empatia e autenticidade à luz da perspectiva rogeriana, que busca sempre o pleno desenvolvimento do indivíduo em sua totalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A profunda interseção entre a Terapia Centrada na Pessoa (TCP), idealizada por Carl Rogers, e o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), elaborado a partir das ricas contribuições do CAST, revela uma sinergia que transcende as fronteiras disciplinares, unindo perspectivas que exaltam a dignidade intrínseca do ser humano, a autonomia individual e a criação de ambientes que se caracterizam por sua inclusividade, afetividade e responsividade. Embora suas raízes se situem em domínios distintos — a psicologia humanista de um lado e a pedagogia inclusiva do outro —, ambas as abordagens compartilham uma epistemologia que coloca o indivíduo no cerne do processo educacional e terapêutico, reconhecendo-o como protagonista ativo de seu próprio desenvolvimento, seja no âmbito emocional ou cognitivo. A reflexão sobre as abordagens pedagógicas contemporâneas revela a necessidade imperiosa de se estabelecer uma postura crítica em relação aos modelos educacionais tradicionais. Assim, tanto a Teoria Centrada na Pessoa (TCP) quanto o Design Universal para Aprendizagem (DUA) emergem como alternativas que se distanciam de normativas prescritivas, oferecendo um espaço propício para a construção de relações que valorizam a escuta e o respeito às singularidades dos educandos. É imperativo reconhecer que, na TCP, a empatia e a aceitação incondicional se configuram como alicerces de um processo transformador, enquanto no DUA essas premissas se traduzem em práticas pedagógicas que promovem a

flexibilização curricular e a multiplicidade de formas de acesso e expressão no ambiente de aprendizagem.

A exploração do vasto e multifacetado campo educacional apresenta-se como um terreno fértil para a reflexão e a ação, onde os princípios da TCP e do DUA se entrelaçam de maneira intrincada, revelando-se como pilares fundamentais das práticas pedagógicas contemporâneas. Esta conexão, que se revela essencial, vai além de uma interpretação superficial e restrita da inclusão; pelo contrário, busca, de maneira efetiva, cultivar um profundo sentido de pertencimento e reconhecimento identitário, que ecoa intensamente nas diversas trajetórias dos educandos ao longo de sua formação. Tal fenômeno educacional demanda, portanto, uma formação docente que ultrapasse as meras competências técnicas, abarcando um horizonte mais amplo e abrangente, que inclui dimensões éticas, relacionais e filosóficas, as quais sustentam e fundamentam o ato educativo em sua totalidade.

Como enfatizam as pesquisas contemporâneas, reconhece-se que a educação não deve ser vista como um processo linear, mas sim como um diálogo contínuo e dinâmico, onde as interações humanas são essenciais e fundamentais para a construção de saberes que não apenas informam, mas também transformam profundamente. Mesmo que esta reflexão se restrinja à análise teórica das diversas abordagens educacionais, sem adentrar nas investigações empíricas que poderiam validar sua aplicação prática, as considerações apresentadas aqui sugerem uma premência inadiável: a realização de investigações futuras que explorem de maneira abrangente a interseção rica entre a psicologia humanista e a pedagogia inclusiva na formação inicial e continuada dos educadores, visando não apenas a inclusão, mas também a transformação na prática docente.

Em um contexto educacional que é permeado por diversas desigualdades e por complicados desafios ético-políticos, a aposta em uma pedagogia que coloca a pessoa no centro do processo de ensino e aprendizagem, guiada por princípios

fundamentais de empatia, equidade e escuta ativa, desponta de maneira muito clara como um caminho promissor para assegurar o direito à aprendizagem de todos os indivíduos, sem exceção. É, portanto, imprescindível que revisitemos constantemente as estruturas que sustentam nossa prática educativa, não apenas para compreender os entraves e obstáculos existentes, mas também para vislumbrar e explorar novas possibilidades que se abram diante de nós, enriquecendo assim nosso percurso educacional e promovendo um desenvolvimento mais justo e plural para todos.

REFERÊNCIAS

Abbeg, A. V., Trzaskos, L., & Abbeg, V. A. J. O. (2023). Reforma da educação brasileira e a lei federal nº 5.692/1971. ETS Iustitia - Revista Sociedade, Direito e Justiça, 1(1), 1–16. https://doi.org/10.5281/zenodo.8018848

Abbeg, T. P., & Abbeg, V. A. J. O. (2024). Inclusão ou normatização? Uma análise dos paradoxos do DUA (Desenho Universal para a Aprendizagem). ETS FACERE - Revista De Tecnologia E Conhecimento, 2(3), 01–13. https://doi.org/10.5281/zenodo.15121847

Abbeg, T. P. (2023). Cultura maker e suas implicações na transformação e inovação tecnológica. ETS Humanitas - Revista de Ciências Humanas, 1(1), 74–95. https://doi.org/10.5281/zenodo.10325752

Abbeg, V. A. J. O. (2018). Pro Brasília Fiant Eximia: Nacionalismo e paulistanidade em livros didáticos aprovados no Estado de São Paulo (1911–1937) [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de São Paulo].

Abbeg, V. A. J. O. (2023a). A transcodificação da subjetividade personagens em literários na virtualidade. Cadernos de InterPesquisas, 1, 1–7. https://doi.org/10.5281/zenodo.7979903

Abbeg, V. A. J. O. (2023b). CETEPAR e a fabricação do “Homem-Novo”: programas estatais no ensino paranaense (1971-1982). ETS Educare - Revista de Educação e Ensino, 1(1), 1–19. https://doi.org/10.5281/zenodo.8187845

Agamben, G. (n.d.). O que é um dispositivo? Outra Travessia, (5), 9–16.

Bernardes, J. C., & Abbeg, V. A. J. O. (2023). Tecnologias de Estado: O princípio de um longo debate histórico sobre as estruturas governamentais. ETS Facere - Revista de Tecnologia e Conhecimento, 1(1), 1–20. https://doi.org/10.5281/zenodo.8313297

CAST. (2018). Universal design for learning guidelines version 2.2. Center for Applied Special Technology. https://udlguidelines.cast.org

Ferreira, E. P. S. (2017). "Introducção da sciencia no amago da instrucção primaria": O ensino de ciências naturais no terceiro livro de leitura de Felisberto de Carvalho (1892–1959) [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás].

Ferreira, L. X. (2024). Práticas pedagógicas e inclusão: reflexões a partir do Desenho Universal para a Aprendizagem [Dissertação de mestrado, Universidade Nove de Julho].

Gazoli, M. R. (2011). Série de Leitura Proença (1926–1928) e o ensino da leitura no Estado de São Paulo. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica.

Nicareta, S. E. (2018). Para serem bem comportadas? Imagens de mulheres em livros escolares de autoria feminina (1889–1945) [Tese de doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina].

Nicareta, S. E. (2023). Percorrendo alguns dos circuitos do livro escolar no Brasil: Elucidando aspectos da mulher na Primeira República à Era Vargas. Cadernos de InterPesquisas, 1, 30–49. https://doi.org/10.5281/zenodo.8023595

Nicareta, S. E. (2023). Urgência de novas categorias para a imagem da mulher: As honestas, as perdidas, as desejadas e as marginais na imprensa curitibana na década de 1980. ETS Humanitas - Revista de Ciências Humanas, 1(1), 1–26. https://doi.org/10.5281/zenodo.8278037

Nicareta, S. E., & Abbeg, V. A. J. O. (2024a). A construção da identidade infantil em "Meus Deveres" (1945). Interdisciplinaria de La Educación, 1(1), 1–30. https://doi.org/10.5281/zenodo.11186205

Nicareta, S. E., & Abbeg, V. A. J. O. (2024b). Imaginários da infância: Resistência, fantasia e formação ética nas interfaces entre literatura e história. Interdisciplinaria de La Comunicación y Lenguaje, 1(1). https://doi.org/10.5281/zenodo.11237828

Nicareta, S. E., & Abbeg, V. A. J. O. (2024c). Modernidades e tecnologias em diálogo: A arte reprodutível de Benjamin e a reflexividade global de Giddens. Interdisciplinaria de Las Innovaciones y Tecnologías, 1(1), 16–31. https://doi.org/10.5281/zenodo.11236921

Rogers, C. R. (1979). Terapia centrada no paciente. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Rogers, C. R. (1995). Tornar-se pessoa: um terapeuta descobre sua maneira de ser. São Paulo, SP: Martins Fontes.

Rose, D., & Meyer, A. (2002). Teaching every student in the digital age: Universal design for learning. Alexandria, VA: ASCD.

Santos, A. C. N., Trzaskos, L., & Nicareta, S. M. (2024). Educação da maternidade: Aspectos de saúde pública e manuais de ensino no início do século XX. Interdisciplinaria de La Salud y Bienestar, 1(1), 1–17. https://doi.org/10.5281/zenodo.11188392

Sebastián-Heredero, M. J. (2020). Desenho universal para a aprendizagem: Princípios e diretrizes para o ensino (L. A. Paiva, Trad.). Instituto Rodrigo Mendes. (Original publicado em 2015)

Souza, I. M. S. (2018). O desenho universal para aprendizagem como estratégia para a promoção da inclusão escolar na educação básica [Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Tocantins]. Repositório UFT. https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2118